

O nacional-desenvolvimentismo de Álvaro Vieira Pinto e o neodesenvolvimentismo do governo Lula: permanências, rupturas e contradições.

Ricardo Afonso Ferreira de Vasconcelos¹

Mário Lopes Amorim²

Resumo

As décadas de 1950 e 1960 constituíram o contexto sócio histórico no qual se expandiu a produção intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que foi a mais importante referência teórico-ideológica do pensamento nacional-desenvolvimentismo em nosso país naquela época. E dentre os vários pensadores vinculados a este Instituto destaca-se a produção teórica de Álvaro Vieira Pinto que discutiu a referida temática do desenvolvimento econômico nacional. Por conseguinte, este artigo tem como objetivo desenvolver uma breve reflexão a respeito das concepções econômicas de Nacional desenvolvimentismo presentes na produção teórica de Álvaro Vieira Pinto, dentre elas: a relação com o capital privado estrangeiro, o monopólio estatal e seu papel na economia nacional desenvolvimentista, a incorporação do trabalho nacional, a defesa da indústria nacional e o papel da educação popular e da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do país. Logo, pretende-se discutir a contribuição teórica de Vieira Pinto para o debate em torno do desenvolvimento econômico-industrial e científico-tecnológico do Brasil, como parte de um projeto nacional de superação da condição de subdesenvolvimento de nosso país, bem como, de inserção do Brasil no contexto da economia mundial em condições mais vantajosas. Além disso, se discute a retomada de alguns dos pressupostos teóricos do pensamento desenvolvimentista, a partir da política econômica neodesenvolvimentista do governo de Lula (2003-2010), especialmente durante o seu segundo mandato presidencial, assim buscando compreender os aspectos de permanência, ruptura e contradição deste novo ciclo desenvolvimentista em relação ao pensamento nacional desenvolvimentista preconizado por Vieira Pinto. E neste sentido, se utilizam os pressupostos do materialismo histórico-dialético para o seu embasamento teórico-metodológico, ressaltando que a opção por este método de abordagem se justifica em decorrência do manuseio de categorias de análise, como por exemplo, trabalho, contradição, ruptura, mediação e ideologia. E também, levando-se em consideração que na referida perspectiva marxista, as categorias significam conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE). Docente do Instituto Federal do Pará (IFPA)-Campus Belém. Afonsoricardo2@hotmail.com

² Doutor em Educação pela USP. Professor permanente do PPGTE-UTFPR. marioamorim@utfpr.edu.br

Introdução

Este artigo objetiva abordar alguns dos mais significativos aspectos do pensamento nacional-desenvolvimentista elaborados por Álvaro Vieira Pinto e os pressupostos econômicos que embasaram o neodesenvolvimentismo do governo Lula. Por conseguinte pretende-se observar permanências, rupturas e contradições envolvendo estas duas concepções e diretrizes de desenvolvimentismo.

Na primeira seção são resgatados aspectos da origem sócio histórica do nacional-desenvolvimentismo a partir das contribuições da CEPAL e do ISEB. Na segunda parte aborda-se aspectos da contribuição do pensamento de Álvaro Vieira Pinto para a teoria do nacional-desenvolvimentismo em nosso país. Na terceira seção se discute aspectos das diretrizes do neodesenvolvimentismo do governo de Lula, complementado na quarta seção pela caracterização deste ciclo de expansão econômica como uma modalidade de desenvolvimentismo às avessas. E nas considerações finais prioriza-se a percepção a cerca das contradições do neodesenvolvimentismo lulista.

1 As origens sócio históricas do nacional-desenvolvimentismo: a CEPAL e o ISEB

Historicamente, o nacional-desenvolvimentismo enquanto projeto ideológico e de desenvolvimento econômico prosperou no Brasil e em vários países latino-americanos (México, Argentina, Chile) entre as décadas de 1930 e 1980. Baseado num tripé formado por industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo, almejou enquanto ideologia do desenvolvimento econômico, alcançar a industrialização e a soberania para as nações subdesenvolvidas da América Latina.

Portanto, de acordo com Gonçalves (2013, p. 36), o nacional-desenvolvimentismo (ND) pode ser definido ou conceituado como:

[...] a ideologia ou o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio industrialização substitutiva de importações-intervencionismo estatal-nacionalismo. O ND é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico; é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América latina, principalmente no período 1930-1980. A soberania pode ser definida como a probabilidade de o Estado-Nação realizar a sua própria vontade independentemente da vontade alheia (ou seja, a vontade de outro Estado-Nação).

E para a construção deste projeto ideológico desenvolvimentista desempenhou um importante papel dinamizador a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Qualquer trabalho de investigação sobre a gênese da economia política latino-americana ou brasileira deve, forçosamente, passar pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Afinal esta se constituiu no marco teórico decisivo para a gestação das principais teses sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento periférico que animaram a discussão teórica latino-americana do pós-guerra (Idem, p. 32).

A análise econômica da CEPAL partiu da prerrogativa de que o atraso econômico da América Latina, ou seja, o seu subdesenvolvimento das nações latino-americanas poderia ser explicado a partir de:

[...] particularidades da estrutura socioeconômica dos países da periferia, ressaltando os entraves ao desenvolvimento econômico em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial, que ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia agiam no sentido de acentuar as disparidades (MANTEGA, 1992, p. 34).

Dessa forma, a CEPAL questionava “a divisão do trabalho vigente no mundo capitalista”, bem como, “criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Clássica ou Neoclássica do Comércio Internacional que sustentava esta divisão” (Idem, p. 34). Ou seja, havia uma relação de dependência vigente entre os países desenvolvidos (do centro) e subdesenvolvidos (da periferia) “que tendia a reproduzir as condições de subdesenvolvimento e, mais ainda, a aumentar a assimetria entre os países desenvolvidos e os periféricos” (JATOBÁ, 2013, p. 64).

E o elemento definidor deste desenvolvimento desigual seria a “deterioração dos termos de troca”, que na definição de JATOBÁ (2013, 64) significa que:

Ao longo do tempo, a mudança nos preços relativos dos produtos manufaturados e dos produtos primários tendia a privilegiar os primeiros, prejudicando as relações comerciais dos países latino-americanos, que importavam bens industrializados e exportavam produtos agrícolas e minerais.

Nesta perspectiva, para os teóricos da CEPAL o rompimento dos países latino-americanos em relação ao quadro de subdesenvolvimento passaria pela adoção de um modelo de industrialização, baseado no intervencionismo estatal e no nacionalismo:

[...] a CEPAL conclui que as economias ditas periféricas, se deixadas ao sabor das livres forças de mercado, nunca sairão do atoleiro do subdesenvolvimento, permanecendo essencialmente agrárias voltadas para o mercado externo, com baixo nível de integração e de expansão industrial [...]

A saída para esta situação reside, segundo a CEPAL, na implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova uma reforma agrária, melhore a alocação de recursos produtivos e impeça a evasão de produtividade. Trata-se de reverter o eixo básico da economia, até então voltada para fora, para o desenvolvimento voltado para dentro, ou seja, baseado na industrialização para o mercado interno (MANTEGA, 1992, p. 38-39).

A referida opção por um modelo de industrialização, segundo os cepalinos, sugeria uma “decidida participação do Estado na economia, enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações que se faziam necessárias” (Idem, p. 39). Ademais, esta presença do Estado, de acordo com Mantega (1992), evidencia o caráter nacionalista da doutrina da CEPAL, uma vez que seus teóricos advogavam a promoção da “acumulação capitalista em bases locais e com natural hostilidade em relação ao imperialismo comercial e financeiro, baseado na exploração agroexportadora”. Por conseguinte, tratava-se “de um nacionalismo que não hostilizava por completo o capital estrangeiro, mas que se limitava a criticar o imperialismo especificamente ocupado nas atividades agroexportadoras” (Idem, p. 39-40). .

No Brasil, as ideias desenvolvimentistas começaram a ganhar corpo gradualmente a partir da década de 1930, especialmente impulsionadas pelo forte intervencionismo estatal-industrialista do governo de Getúlio Vargas. Sendo que, na década de 1950 a grande parte dos intelectuais que tendiam para o lado do nacional-desenvolvimentismo acabou por se aglutinar em torno do ISEB (instituto Superior de Estudos Brasileiros).

No ISEB reuniram-se os principais pensadores progressistas da intelectualidade brasileira que amadureceram o nacional-desenvolvimentismo, uma versão ligeiramente mais nacionalista do desenvolvimentismo na sua formulação cepalina, a ser praticado por um governo curiosamente muito liberal com o capital estrangeiro como o de Kubitschek (MANTEGA, 1992, p. 13).

Criado em 1955, o ISEB congregou diversos intelectuais, dentre eles: Antônio Cândido, Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e outros. E mesmo apresentando uma heterogeneidade intelectual, em comum havia a ideia central do desenvolvimentismo

De acordo com Bielschowsky (1996) foi ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) que os intelectuais nacional-desenvolvimentistas alcançaram maior influência sobre as diretrizes econômicas governamentais, especialmente a respeito da política de incentivo a industrialização com forte planejamento estatal.

Os desenvolvimentistas nacionalistas, que estavam no auge da sua participação no processo decisório da política de industrialização, através do BNDE, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, da Sudene etc., veiculavam suas ideias principalmente através da Revista Econômica Brasileira – do Clube dos Economistas – e de conferências e publicações do Iseb [...] O período do governo Kubitschek, de acelerado crescimento econômico e de estabilidade política – estabilidade pelos padrões brasileiros, bem entendido -, foi também de auge do desenvolvimentismo no pensamento econômico nacional (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 408-409).

O referido autor também situou o período de 1961 até 1964 como a fase histórica de declínio ou crise do pensamento desenvolvimentista em nosso país:

Entre 1961 e o golpe militar de 1964, houve forte instabilidade política, inédita mobilização por reformas sociais, grandes dificuldades monetárias, financeiras e cambiais e, a partir de 1962 (sobretudo em 1963), acentuado declínio nas taxas de crescimento. Como reflexo dessa nova conjuntura e da maior politização alcançada pela sociedade brasileira, ocorreu uma crise no pensamento desenvolvimentista, expressa na literatura de então. O projeto de industrialização planejada, que vinha orientando de forma cada vez mais intensa o pensamento dos economistas brasileiros deixou de ser o núcleo ideológico das propostas e análises econômicas (Idem, p. 409).

A queda do presidente João Goulart por meio do golpe militar de 1964 precipitou o ocaso do pensamento desenvolvimentista, permitindo sua substituição por uma política econômica inspirada nos princípios da doutrina monetarista caracterizada pelo controle da inflação e maior abertura para o capital estrangeiro. Tal política de saneamento e ajuste macroeconômico foi adotada no período de 1964-1967, pelos militares, especialmente ao longo do governo de Castelo Branco.

No que tange ao desempenho da economia, os anos de 1964-73 abrigam duas fases distintas. A primeira, de 1964 a 1967, caracterizou-se como uma fase de ajuste conjuntural e estrutural da economia, visando o enfrentamento do processo inflacionário, do desequilíbrio externo e do quadro de estagnação econômica do início do período. Os anos de 1964-67 foram marcados pela implementação de um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa – o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) – e de importantes reformas estruturais do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho. Nesse período a economia teve um comportamento do tipo *stop and go*, embora o crescimento médio do PIB tenha sido razoável (4,2% ao ano). (HERMMAN, 2011, p. 50).

Historicamente, em dois períodos posteriores ao golpe militar de 1964 as ideias desenvolvimentistas foram retomadas, porém, em novos moldes e sob novas bases: a) o desenvolvimentismo do milagre econômico dos militares, entre 1968 e 1973 e; b) o novo desenvolvimentismo ocorrido durante o governo de Lula.

Ainda no âmbito das ideias desenvolvimentistas, há que se destacar a relevante contribuição teórica do filósofo Álvaro Vieira Pinto para o debate sobre o desenvolvimento econômico-industrial de nosso país. Por conseguinte, na sequência (seção 2) aborda-se o contributo teórico do referido autor e na seção 3 se discute o novo desenvolvimentismo do governo Lula.

2 O nacional-desenvolvimentismo na perspectiva de Álvaro Vieira Pinto

De acordo com Kleba (2006), “Álvaro Vieira Pinto foi catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro). Sua posição institucional de maior relevo foi na diretoria do [...] ISEB a partir de 1960”, instituto do qual foi um dos intelectuais que desenvolveram estudos vinculados à doutrina do nacional-desenvolvimentismo.

No ISEB, Vieira Pinto ganhou renome, sobretudo com sua publicação “Consciência e Realidade Nacional” (1960), onde tematiza, de uma perspectiva filosófico-antropológica, a necessidade de um projeto nacional-desenvolvimentista, na tradição do estruturalismo latino-americano de Raúl Prebisch e Celso Furtado (Freitas, 2005 apud KLEBA, 2013, p. 76).

O estudo do pensamento desenvolvimentista desenvolvido por este intelectual remete a importantes questões da realidade nacional face ao processo de desenvolvimento econômico e industrial de nosso país, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. E o primeiro dos aspectos da doutrina nacional-desenvolvimentista de Vieira Pinto a ser elucidado diz respeito ao processo de incorporação do trabalho nacional ao país. Nesse sentido, o referido autor considera esta questão como “o princípio cardial de toda a política nacionalista” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 434) justificando-a da seguinte forma:

O país subdesenvolvido sofre, em caráter coletivo, de um tipo particular de alienação do trabalho, a alienação internacional. É um país que trabalha para outro, o qual auferir a mais-valia da exploração exercida sobre o primeiro. No plano internacional processa-se o mesmo regime de exploração que foi assinalado na alienação do trabalho individual. O país pobre desempenha o papel do trabalhador pobre de um patrão rico. É na sua essência um país proletário. Trabalha para outro e somente aproveita em seu benefício mínima parte da riqueza que produz (idem, p. 434).

Este autor sustenta ainda que o “aproveitamento do trabalho do povo em benefício exclusivo dele mesmo é a diretriz suprema da política nacionalista” (Idem, p. 435). E tendo em vista a realidade do país subdesenvolvido, a qualificação do trabalho do povo aparece como exigência fundamental tanto para a emancipação do trabalhador, quanto do país subdesenvolvido sob o domínio do capital estrangeiro.

Só quando o trabalho assumir posição dominante no processo econômico, adquirindo superioridade quantitativa, o país ter-se-á libertado da influência política exercida pelo capital que explora o trabalho alienado, o dos empregados em empresas estrangeiras, e, por meio destas, o do país em geral (Idem, p. 436).

No que diz respeito à relação com o capital privado estrangeiro, Vieira Pinto advoga a causa do uso da repressão a esta modalidade de capital. Esta atitude de repulsa é justificada

pelo fato de que “esta espécie de capital equivale sempre a uma forma de alienação do trabalho do povo” (Idem, p. 455). Nesse sentido o autor considera relevante a questão da remessa de lucros para o exterior praticado pelo capital estrangeiro, descrevendo tal processo da seguinte forma:

As empresas estrangeiras operam na verdade com o dinheiro aqui arrecadado, tendo o seu magro dispêndio primitivo regressado ao país originário, depois de haver montado a máquina pneumática de sucção do dinheiro do nosso povo (idem, p. 459).

Logo, para o referido autor a crítica ao capital estrangeiro pode ser explicada pelas seguintes razões:

Somos levados a concluir pela necessidade de rejeitar integralmente a colaboração do capital externo privado explorador, a fim de realizar o nosso desenvolvimento como exclusivo emprego do capital gerado no interior do País pelo trabalho do povo (Idem, p. 561-462).

Quanto á questão da defesa do monopólio estatal e seu papel na economia nacional desenvolvimentista, Vieira Pinto considera-o estratégico. Ou seja, a “imperiosidade de colocar nas mãos do poder político os fatores fundamentais da produção econômica, especialmente as fontes de energia e o aproveitamento dos recursos minerais do país” [...]. Dessa maneira, o monopólio estatal, não apenas do petróleo, mas de todas as fontes de energia e dos grandes recursos minerais impõe-se como medida fundamental de toda política nacionalista (Idem, p. 472). E por isso, o referido autor considera que:

A posse, por agentes estrangeiros, e mesmo por particulares nacionais, dos instrumentos básicos da produção, representados pela energia elétrica, combustíveis líquidos e sólidos, jazidas de minérios essenciais, bem como, sua exploração e comércio, impede o poder político do povo de aproveitar em seu benefício exclusivo a potência econômica corporificada nesses instrumentos (Idem, p. 472)

Outro ponto relevante da concepção desenvolvimentista de Vieira Pinto diz respeito à defesa da indústria nacional. Para ele, “o desenvolvimento do país efetua-se principalmente pela intensa industrialização” uma vez que esta propicia “mudança qualitativa da realidade nacional” sendo sinal de desenvolvimento já que indica “que a comunidade nacional se aparelhou para fabricar por si e para si os bens materiais de que necessita”. No entanto, o referido autor considera imprescindível que a nação exerça o “completo comando de seu aparelho econômico para conduzir a sua industrialização em condições que excluam a espoliação por parte de outra” (Idem, p. 474). Por conseguinte:

Queremos referirmos ao fato de não ser qualquer industrialização que significa o real progresso da sociedade a uma etapa superior de desenvolvimento, mas somente aquela que é feita mediante o integral processamento das operações fabricadoras pelos verdadeiros agentes do processo nacional. [...] Se a indústria sediada no país não nos pertence de fato, ou seja, se não estão em nosso poder todos os fatores

produtivos, devemos, para efeito de apreciar o grau de avanço do nosso processo de libertação econômica, considerar tão inexistente essa industrialização quanto se estivesse localizada fora do nosso território e apenas para cá remetesse mercadorias. A indústria estrangeira é sempre indústria no estrangeiro (VIEIRA PINTO, 1960, p. 475).

Vieira Pinto, alerta para a necessidade de restrição ao funcionamento das indústrias estrangeiras em nosso país, considerando-as prejudiciais aos interesses nacionais de fomento à indústria nativa:

Temos que precaver-nos, fechando as portas ao que se deverá chamar ‘indústria de arribação’, conduzida por capitais volantes, que aqui vêm com intuito predatório. Toda indústria de procedência estrangeira revela-se agora prejudicial ao nosso interesse, pela maneira como se instala, pelos favores que consegue obter e pela esterilização a que condena os esforços nacionais similares (Idem, p. 477).

Portanto, corre-se o perigo do “desenvolvimento sem emancipação” que pode nos “converter em instrumentos do interesse da nação hegemônica, que muito fará para nos industrializar, pois será meio de evitar que outros países submissos, C, D, E, o façam” (Idem, p. 482).

E no processo de construção da consciência nacional e do desenvolvimento econômico como elementos que propiciam a emancipação da nação, a educação popular assume uma dimensão relevante, já que, para Vieira Pinto o desenvolvimento se acompanha sempre de um processo de transformação qualitativa nacional. Esta vinculação entre educação e desenvolvimento da nação, segundo o autor, ocorre da seguinte forma:

O desenvolvimento implica o progresso da consciência, e este se acelera pela educação, mas para que isso aconteça faz-se preciso que a educação vise a totalidade das massas trabalhadoras e se descaracterize cada vez mais do privilégio das elites. A elaboração da teoria educacional exigida pela presente fase do desenvolvimento nacional se apresenta como uma das mais difíceis tarefas das forças de vanguarda do nacionalismo (Idem, p. 502).

De acordo com o mencionado autor, uma nova “teoria da educação” deverá surgir tendo como tarefa inicial a de definir um “novo homem” objetivando promover o desenvolvimento do país a partir de uma “nova mentalidade”. E tal reforma a ser feita, consistirá essencialmente em:

[...] substituir os quadros educacionais inspirados por um humanismo hoje sem sentido, por outro que, ao contrário do que muitos pensam, não serão anti-humanistas e muito menos anti-humanos, mas simplesmente representativos de uma nova concepção do humanismo. Deverá ser abandonada a preocupação em formar doutores e exegetas de coisas mortas, para que se possa constituir o humanismo do nosso tempo, que prezará fundamentalmente o conhecimento das ciências, da cultura e da natureza, a posse das técnicas de exploração fecunda da realidade nacional e as artes que exprimem o sentido original do homem brasileiro. Apresenta-se assim, a educação como um aspecto capital da teoria do desenvolvimento. Para o Brasil atual, a educação é a difusão dessa ideologia (VIEIRA PINTO, 1956, p. 42).

Outro importante aspecto relacionado ao contexto do desenvolvimento nacional abordado por Vieira Pinto está relacionado ao fator “tecnologia”. O estudo de Costa e Silva (2013) sobre a conceituação da tecnologia na obra “O conceito de Tecnologia”, de Vieira Pinto, de forma condensada discorre sobre os significados atribuídos por Vieira Pinto ao referido termo:

Vieira Pinto aponta para a existência de várias acepções do termo tecnologia, contudo denota quatro significados centrais, os quais incorporam as diversas concepções: a) tecnologia como logos da técnica ou epistemologia da técnica; b) tecnologia como sinônimo de técnica; c) tecnologia no sentido de conjunto de todas as técnicas de que dispõe determinada sociedade; d) tecnologia como ideologização da tecnologia.

O primeiro significado é aquele que, conforme se observará, carrega o sentido primordial do termo tecnologia; já o último, o que trata das ideologizações da tecnologia, é aquele que, na sociedade moderna, tem fundamental relevância e, por isso mesmo, será objeto de análise especial por parte do autor (COSTA E SILVA, 2013, p. 843).

Especificamente quanto ao quarto significado, que se refere especificamente ao processo de “ideologização da tecnologia”, o estudo de Kleba (2006, p.77) considera que o tema central presente em “O Conceito de Tecnologia” seria “a problematização do papel da tecnologia frente ao subdesenvolvimento, sobretudo em sua funcionalidade para manter relações de dominação do centro sobre a periferia”. Para este autor, por quanto do processo de ideologização da técnica, “Vieira Pinto se move numa conceituação dupla da relação entre ideologia e tecnologia” (Idem, p. 83-84), explicitada por Kleba da seguinte forma:

Por um lado, condizente ao conceito de ideologia como história das idéias, toda a tecnologia, como *logos* da técnica, “[...] transporta inevitavelmente um conteúdo ideológico” (Pinto, 2005a: 320).

Por outro lado, e este é o sentido que prepondera na obra de Vieira Pinto, ideologia é conceituada na tradição marxista como mascaramento, como falsa consciência, como arma ideológica para impor determinados interesses.

Outro aspecto envolvendo a relação entre tecnologia e subdesenvolvimento pode ser percebido num cenário de desenvolvimento dependente das nações periféricas, situação que pode ocasionar um “circulo vicioso” no qual a periferia permanece dependente especialmente da transferência de tecnologia e de conhecimento.

O desenvolvimento dependente é explicado pela idéia de círculo vicioso, que manteria as relações de dominação perante as elites do centro (e aquelas nacionais) em detrimento de um projeto de autonomia nacional e de inclusão social (*op. cit.*: 278s). Em obra anterior Vieira Pinto já havia sublinhado que a periferia enfrenta um adicional de dificuldades na busca de seu desenvolvimento autônomo, comparada ao centro, tendo como adversária a aliança das elites locais alienadas com o capital estrangeiro (Pinto, 1960). Além disto, este círculo vicioso conta com níveis mais baixos de formação educacional na periferia, com a concentração de capital e

conhecimentos nas regiões avançadas, bem como, com o papel da transferência da tecnologia e do conhecimento.

Em resumo, a originalidade do pensamento de Vieira Pinto reside no fato de que algumas de suas propostas, tais como, a repressão ao capital estrangeiro, à renovação da educação nacional e o papel da tecnologia como elemento de emancipação da nação remetem a uma proposta de nacionalismo mais radical e frontalmente adversário do imperialismo das nações centrais do capitalismo mundial.

3 O novo desenvolvimentismo do governo Lula

Durante os três primeiros anos do governo de Lula foram mantidas as diretrizes econômicas implementadas no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso. Sob o comando do Ministro da Fazenda Antônio Palocci, pertencente a corrente dos “moderados” do PT e com boa aceitação no meio empresarial e financeiro, foram tomadas as seguintes medidas: a) Nomeação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central; b) Reforço da política anti-inflacionária com anúncio de “metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente”; c) Elevação da “taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom)”; d) “Aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003”; e) “Cortes do gasto público”, objetivando a meta fiscal; f) “Colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período de 2004-2006” (Giambiagi, 2011, p. 207). Em suma; ao longo do primeiro mandato - prevaleceram as diretrizes de continuidade do processo de estabilização fiscal e monetária.

A substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega no comando do Ministério da Fazenda em 2005 representou uma importante mudança na condução dos rumos da economia do país. Segundo Giambiagi (2011, p. 215), tais mudanças se manifestaram através de alterações nas diretrizes tomadas pelo novo ministro, dentre elas: a) observou-se uma tendência a um afrouxamento dos superávits primários; b) o Ministério da Fazenda passou a divergir claramente em várias ocasiões do Banco Central acerca da condução da política monetária; c) a retórica ministerial deixou de enfatizar os aspectos de continuidade ligados à manutenção das políticas herdadas do governo anterior e passou a procurar diferenciar de forma sistemática a política oficial em relação à que era praticada no governo FHC; d) houve um aumento substancial da importância e do papel do BNDES na economia.

Outras grandes mudanças ocorridas durante a gestão de Guido Mantega foram: i) a intensificação da política de “transferência de renda” via programas governamentais e; ii) o “forte estímulo ao consumo das famílias”. Consequentemente, o “consumo maior tornou-se a base do evidente sentimento de bem-estar da maioria da população e, por extensão, do eleitorado” (GIAMBIAGI, 2011, p. 221).

De acordo com a avaliação de Giambiagi (2011, p. 225), também durante o segundo governo de Lula surgiu uma “nova percepção do papel do Brasil no mundo”. Isto se deve ao advento de um novo cenário interno e externo favorável ao crescimento econômico. Nesse sentido, o referido autor enumera uma combinação de seis fatores favoráveis a este cenário

i) a crescente importância da economia chinesa no mundo; ii) auge das economias emergentes por produtos dos quais o Brasil tornara-se um grande produtor; iii) as potencialidades associadas à exploração do etanol; iv) as descobertas de petróleo do pré-sal; v) os efeitos indiretos da crise de 2009 sobre a imagem do país [...]; vi) a escolha do Brasil para ser sede da Copa do Mundo de 2014 e do Rio de Janeiro como local das Olimpíadas de 2016 (Idem, p. 225).

Portanto, no segundo governo de Lula ocorreu uma “recuperação do crescimento econômico e do investimento” (idem: 229), criando um ambiente propício ao crescimento do emprego. Também, o ajuste monetário e fiscal diminuiu a dívida líquida do setor público, e no plano externo as reservas atingiram 290 bilhões de dólares em 2010 e a dívida externa tornou-se negativa. E este novo cenário concorreu para o estabelecimento de uma atmosfera de otimismo, reforçando a ideia de que o país estava retomando o caminho do crescimento econômico, preâmbulo para um novo ciclo desenvolvimentista sob o comando de Lula e do Partido dos Trabalhadores que passou a ser denominado como “neodesenvolvimentismo”.

O estudo de Alves (2014) considera o ciclo neodesenvolvimentista da década de 2000 como expressão de uma “modernidade hipertardia” que substituiu o “modelo de desenvolvimento neoliberal” conduzido “pela aliança PSDB-PFL, que fracassou nas eleições de 2002”. Logo, a “eleição de Lula da Silva pelo PT significou a necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento capitalista, não mais orientado pelos parâmetros neoliberais” (idem, p. 130-131). Sendo assim, na avaliação de Alves o governo de Lula foi incapaz de romper com o núcleo duro da economia neoliberal, e por isso manteve os pilares da macroeconomia neoliberal, sinalizando já na época da campanha eleitoral através da Carta aos Brasileiros que se manteria alinhado com o bloco hegemônico no mercado mundial. Para este autor, “o objetivo do novo governo pós-neoliberal era reorganizar o capitalismo no Brasil

e não aboli-lo. Enfim, promover um choque de capitalismo nos moldes pós-neoliberais” (idem, p. 131).

Mas, como se estruturou o projeto neodesenvolvimentista no Brasil e quais as suas bases de apoio econômico? E como dialoga com as novas camadas sociais resultantes da precarização do trabalho?

Para Giovanni Alves (2014, p. 138) o “Neodesenvolvimentismo” do governo de Lula se assentou sobre um tripé composto por: a) “Programas de incentivo estatal a oligopolização da economia (fortalecimento de grandes grupos econômicos privados com apoio do BNDES)”; b) “Programas de investimentos públicos em infraestrutura (com ou sem parceria público-privada)” e; c) “Programas estatais de transferência de renda visando a valorização do mercado interno de consumo (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial)”.

A articulação desses elementos que compõem o tripé do neodesenvolvimentismo representa uma “política reformista hipertardia” que na visão de Alves:

[...] visa promover um *tertium datur* entre a utilização do fundo público no financiamento e crescimento da economia brasileira, de acordo com os interesses dos oligopólios privados agroindustriais e financeiros; e a utilização do gasto público para programas de combate à pobreza e transferência de renda às famílias mais pobres, como, por exemplo, a elevação do salário-mínimo e expansão do Bolsa-Família (idem, p. 137).

Quanto ao diálogo com as camadas sociais ligadas ao processo de precarização do trabalho, que foram e são diretamente afetadas pelo processo de expansão capitalista em curso no nosso país nas últimas décadas, deve-se considerar que a interface desse diálogo se dá na construção de um projeto reformista socialdemocrata que propõe a tarefa histórica de “extinguir a pobreza extrema e ampliar o mercado de consumo” (Idem, p.143). Ou seja, é uma modalidade “reformismo fraco” que impulsiona o que Alves denomina de “choque de capitalismo” e cuja tarefa primordial é a de promover o desenvolvimento capitalista nos seguintes moldes:

Por um lado, assume a tarefa histórica de combater a pobreza extrema e promover a inclusão do subproletariado no mercado de trabalho formal, realizando, deste modo, o sonho de consumo dos trabalhadores da massa marginal; por outro lado, preserva os pilares do modo de desenvolvimento social excludente do capitalismo histórico no Brasil, incentivando a centralização e concentração do capital oligopólico nas condições histórico-mundiais da senilidade capitalista como modo de desenvolvimento civilizatório (idem, p. 140).

E nesse sentido, as políticas redistributivas assumem um papel estratégico como elemento legitimador do neodesenvolvimentismo, estabelecendo “expectativas de capacidade

aquisitiva em mercados de grande porte como o Brasil. Produz-se a ilusão do desenvolvimento como realização das necessidades humanas das massas marginais” (idem, p.141). Dito de outra forma, a expansão neodesenvolvimentista e suas políticas de transferência de renda criam a perspectiva de inclusão social via absorção do indivíduo na condição de trabalhador-consumidor.

4 O novo desenvolvimentismo às avessas (NDA) do governo Lula: vulnerabilidade externa, inserção passiva na globalização e a manutenção do modelo neoliberal

Não obstante se reconheçam algumas distinções em termos de política macroeconômica entre o governo de FHC e o governo Lula, há que se ressaltar que particularmente durante os dois governos de Lula percorreu-se o caminho do continuísmo da política econômica austera - durante a gestão de Pallocci no Ministério da Fazenda, nos três primeiros anos do primeiro mandato de Lula – para a estruturação de uma política econômica apontou no sentido da retomada do crescimento econômico via estímulo ao desenvolvimentismo e incentivo à intensificação da presença do Estado como fomentador do desenvolvimento econômico. Todavia, colocam-se neste cenário duas importantes questões:

- 1) O Neodesenvolvimentismo de Lula rompeu com o modelo econômico neoliberal ou representa apenas uma das facetas ou uma variante do modelo hegemônico neoliberal?
- 2) Qual a dimensão concreta do Neodesenvolvimentismo de Lula, se comparado ao período desenvolvimentista das décadas de 1940 até 1979?

Objetivando analisar estas duas questões, considera-se adequado à utilização do conceito elaborado por Reinaldo Gonçalves (2013) de que no Brasil da Era Lula o desenvolvimentismo ocorreu da forma “às avessas”, quando comparado com o ciclo desenvolvimentista anterior (das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970).

O estudo de referido economista parte do pressuposto inicial de que se estruturou a partir dos governos de Collor e de FHC um modelo econômico por ele denominado de “Modelo Liberal Periférico (MLP)”. Este modelo liberal, de acordo com Gonçalves, se desenvolveu no seguinte cenário:

[...] no contexto do processo de globalização econômica e da ascensão do neoliberalismo e frente à desestabilização macroeconômica, os grupos dirigentes brasileiros optaram pela “linha de menor resistência”. Para ilustrar, a própria política

anti-inflacionária passou a focar na liberalização comercial e financeira e na apreciação cambial. Bens importados limitam a elevação de preços dos bens produzidos domesticamente. A liberalização financeira atrai capital externo, que provoca o barateamento do dólar (apreciação cambial) e reduz os preços em moeda nacional dos produtos importados. (Idem, p. 54-55)

Tendo como base a liberalização financeira, ocorreu de fato uma inserção internacional no qual “o país acomodou-se às transformações globais” (Idem, p. 55), trazendo dessa forma efeitos amplos e profundos que por sua vez provocaram mudanças estruturais:

A maior inserção internacional permitiu, por exemplo, que as liberalizações comercial e financeira se tornassem os pilares da relativa estabilidade monetária (controle da inflação a partir de 1995) via concorrência dos produtos importados e uso recorrente da apreciação cambial (Idem, p. 55).

O referido modelo liberal periférico se estruturou com base em três características marcantes, a saber: “liberalismo econômico; vulnerabilidade externa estrutural e dominância financeira” (Idem, p. 57):

O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da previdência social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho.

O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional [...] ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais.

E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007 apud GONÇALVES, 2013, p.. 57).

Quanto à liberalização, Gonçalves argumenta que a mesma “atinge as esferas comercial (importação de bens e serviços), produtiva (atuação de empresas estrangeiras), tecnológica (direito de propriedade de não residentes) e monetário-financeira (fluxos de capitais internacionais)” (idem, p. 57). Esta liberalização implica no avanço do processo de “desregulação”, que significa “a fragilização do sistema de normatização das atividades econômicas” (Idem, p. 58).

Quanto à vulnerabilidade externa estrutural, Gonçalves sustenta que se refere “à capacidade, em razão inversa, de o país resistir às pressões, fatores desestabilizadores e choques externos”. Dessa forma a vulnerabilidade torna-se estrutural quando ela é ou mantém-se como “um fenômeno de longo prazo” (Idem, p. 58).

E completando a base estrutural do MLP temos a dominação financeira como a terceira característica marcante deste modelo, expressando “o elevado poder econômico e político do setor financeiro”, uma vez que, esse “poder faz com que o Estado execute medidas de defesa, consolidação e avanço dos interesses do capital financeiro, inclusive em detrimento dos interesses de outras frações do capital (indústria)” (Idem, p. 59).

No que se refere à avaliação do MLP adotado por nosso país nas últimas décadas, quando comparado ao clássico modelo desenvolvimentista, Gonçalves argumenta que o modelo periférico vigente pode ser considerado uma “cópia infiel do nacional-desenvolvimentismo combinado também com uma cópia infiel do liberalismo” (Idem, p. 57). Logo, este modelo liberal “que começou de forma truncada em 1990 com o Governo Collor”, que, entretanto, somente deslancharia com o governo de FHC, a partir de 1995, e se consolidaria com o governo de Lula na primeira década do século XXI, ensejou mudanças estruturais que permitem a caracterização dele como um modelo de desenvolvimento diferente daquele que predominou na Era Desenvolvimentista, sendo que Gonçalves estabelece as diferenças nos seguintes termos:

Por um lado, o Nacional-Desenvolvimentismo assenta-se no trinômio industrialização substitutiva de importações-planejamento e intervenção estatal-preferência revelada pelo capital nacional. Por outro lado, O MLP tem como pilares: liberalismo econômico; vulnerabilidade externa estrutural; e dominação financeira. O contraste é evidente quando se considera a diretriz antiliberal do ND com o liberalismo econômico vigente no MLP. No ND, o antiliberalismo era evidenciado pelo protecionismo, regulação, planejamento e papel-chave das empresas estatais. No MLP, o liberalismo econômico tem como principais marcos a liberalização comercial, financeira e produtiva, desregulamentação e privatização (idem, p. 61-62).

Portanto, é possível concluir que o neodesenvolvimentismo ou desenvolvimentismo às avessas não rompeu com os princípios elementares da doutrina neoliberal. Ao contrário, tornou seus pressupostos como pilares ou bases essenciais de existência do próprio modelo de expansão econômica: reprodução do liberalismo, vulnerabilidade externa e dominação financeira, reforçando as bases de uma inserção precária, dependente e passiva do Brasil na economia mundial-global.

Considerações Finais

A difusão das ideias nacional-desenvolvimentistas tendo como referência marcante o pensamento formulado pelos teóricos da CEPAL e do ISEB serviram como elementos

catalizadores para o fomento a projetos político-ideológicos de desenvolvimento econômico das nações periféricas da América latina, incluindo o Brasil. E, especialmente os pressupostos teóricos elaborados por Álvaro Vieira Pinto advogaram a causa de um nacionalismo nitidamente opositor ao status vigente de dominação imperialista das potências capitalistas, trabalhando em favor do processo de emancipação nacional *via* desenvolvimento econômico-industrial-tecnológico-cultural.

Seguindo no caminho contrário, é possível observar que o modelo neodesenvolvimentista do governo de Lula, apesar da retomada do crescimento econômico, se estabeleceu sobre bases diferentes e contraditórias em relação ao modelo do Nacional-Desenvolvimentismo (ND). Ou seja, constitui-se uma espécie de “desenvolvimentismo às avessas”, uma vez que este novo desenvolvimentismo não representou uma ruptura com o modelo neoliberal herdado do governo de FHC. Ao contrário, reificou este Modelo Liberal Periférico (MLP) em seus fundamentos básicos: vulnerabilidade externa, inserção passiva na globalização e a manutenção do receituário neoliberal, além de potencializar ainda mais o quadro de precarização do trabalho. Dessa maneira, as políticas de inclusão social surgidas no governo Lula se constituíram apenas em medidas sociais paliativas que amenizaram os impactos do modelo liberal periférico e da inserção passiva de nosso país no contexto do capitalismo neoliberal e globalizado.

Portanto, o neodesenvolvimentismo ou desenvolvimentismo às avessas do governo de Lula conflitou com princípios básicos da doutrina nacional-desenvolvimentista de Vieira Pinto, especialmente nos aspectos de: protecionismo e incentivo à indústria nacional, repressão ou restrição ao capital estrangeiro, incremento à autonomia tecnológica e incorporação do trabalho nacional ao país.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Desenvolvimento: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

COSTA E SILVA, Gildemarks. **Tecnologia, educação e tecnocentrismo: as contribuições de Álvaro Vieira Pinto**. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 839-857, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n238/a10v94n238.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Economia e educação: a contribuição de Álvaro Vieira Pinto para o estudo histórico da tecnologia**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 31 jan./abr. 2006

GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fábio... et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HERMANN, Jenifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio... et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

JATOBÁ, Daniel; LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Coords). **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva 2013. (Temas Essenciais em RI).

KLEBA, John Bernhard. **Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto**. Convergencia, UAEM, México, núm. 42, septiembre-diciembre, 2006. Disponível em: <http://convergencia.uaemex.mx/index.php/convergencia/article/view/1395/1069>
Acesso em: 14.ago. 2015.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 7. Ed. - São Paulo: Vozes, 1992.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura-ISEB, 1956.

_____. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura-ISEB, 1960.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologias.** 2. Ed. São Paulo: Ática, 1978.